



Edição nº 616 – 18/02/2020
(Período 11 a 18 de fevereiro de 2020)

1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

[Resolução nº 656/2020 - Presidência –](#) revoga a [Resolução nº 188, de 9 de dezembro de 1999](#), que instituiu o Plano de Capacitação Permanente dos Servidores do Supremo Tribunal Federal (STF).

[Resolução nº 659/2020 - Presidência – republicação -](#) dispõe sobre cessão, exercício provisório e redistribuição por reciprocidade de cargos efetivos do Supremo Tribunal Federal.

[Resolução nº 660/2020 - Presidência –](#) dispõe sobre o depósito prévio em ação rescisória e as multas processuais em agravo interno e embargos de declaração.

[Resolução nº 661/2020 - Presidência -](#) dispõe sobre o envio de comunicações processuais e autos de processos eletrônicos por mensagem eletrônica registrada.

[Resolução nº 662/2020 - Presidência –](#) dispõe sobre as Tabelas de Custas e a Tabela de Porte de Remessa e Retorno dos Autos e dá outras providências.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

[Resolução nº 23.604/2020 -](#) regulamenta o disposto no Título III Das Finanças e Contabilidade dos Partidos da [Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995](#).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Portaria nº 18/2020 – Presidência - institui o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça – **em anexo.**

Recomendação nº 61/2020 – Presidência - recomenda aos tribunais brasileiros a implementação de programas de aprendizagem voltados à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, a partir dos 14 anos, na forma dos artigos 428 a 433 da [Consolidação das Leis do Trabalho – CLT](#) – **em anexo.**

Resolução nº 285/2020 – Presidência - dispõe sobre a padronização da Carteira de Identidade de Magistrado do Poder Judiciário – **em anexo.**

Resolução nº 291/2019 – Presidência – *(nova divulgação em atendimento ao Despacho SEI PRCTBDIR 5020099)* - consolida as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça sobre a Política e o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e dá outras providências – **em anexo.**

Provimento nº 90/2020 – Corregedoria Nacional - altera o [Provimento nº 88, de 1º de outubro de 2019](#), da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles a serem adotados pelos notários e registradores, visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, previstos na [Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998](#), e do financiamento do terrorismo, previsto na [Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016](#), e dá outras providências – **em anexo.**

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Portaria nº 77/2020 – Presidência – dispõe sobre a criação do Grupo de Estudos sobre Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças – **em anexo.**

Portaria nº 78/2020 - Presidência - institui o Grupo de Estudos sobre Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças do Conselho da Justiça Federal, identificado como GESIC *(o representante da JF/4ª Região é o desembargador federal Fernando Quadros da Silva)*.

Resolução nº 620/2020 - dispõe sobre a aprovação do Estatuto de Atividade de Auditoria Interna do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus – **em anexo, inclusive o Estatuto.**

Ata de Julgamento – da sessão ordinária realizada em 16/12/2019.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Portaria nº 156/2020 – Presidência - dispõe sobre o feriado de Carnaval no ano de 2020 no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região – **em anexo**.

Edital – Presidência - TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos(as) servidores(as) interessados(as), que estarão abertas as inscrições, pelo prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação deste edital, para a candidatura a membro da COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL E DO ASSÉDIO SEXUAL, procedendo-se, nos 5 (cinco) dias úteis posteriores ao encerramento das inscrições, à respectiva eleição – **em anexo**.

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Portaria nº 2.261/2019 – Direção do Foro da Subseção Judiciária de Erechim – regulamenta a utilização do estacionamento privativo da Subseção Judiciária de Erechim – **em anexo**.

2. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Portaria nº 492/2020 - Gabinete do Ministro - torna público que será realizado o sétimo ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos (FEF), cujo evento acontecerá no dia 19 de fevereiro de 2020, às 10h, no Terminal Rodoviário do Tietê, São Paulo/SP, e tem por objetivo selecionar 60 municípios distribuídos de acordo com o Anexo I, dentre os municípios brasileiros com população de até 500.000 habitantes, exceto capitais, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para que sejam objeto de fiscalização quanto à aplicação de recursos públicos federais descentralizados pelos Ministérios gestores de programas federais, conforme levantamentos e análises a serem realizados pela CGU.

3. PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO

Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 3/2020 – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019**, publicada no Diário Oficial da União no dia 12, e retificada no dia 19, do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea "I" do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. **Suspensa por liminar na ADI 6262**

Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 4/2020 - faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela

Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a [Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019](#), publicada no Diário Oficial da União e republicada, em Edição Extra, no dia 12 do mesmo mês e ano, que "Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

[Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 5/2020](#) - faz saber que a [Medida Provisória nº 895, de 6 de setembro de 2019](#), que "Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de quinze a vinte e nove anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 16 de fevereiro de 2020.

[Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 6/2020](#) - faz saber que a [Medida Provisória nº 896, de 6 de setembro de 2019](#), que "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para dispor sobre a forma de publicação dos atos da administração pública", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 16 de fevereiro de 2020.

4. PODER EXECUTIVO FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

[Decreto nº 10.228/2020 - retificação](#) - altera o [Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018](#), que regulamenta a [Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017](#), para dispor sobre o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal e instituir os conselhos de usuários dos serviços públicos no âmbito da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal.

[Decreto nº 10.235/2020](#) - altera o [Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003](#), que dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade.

[Decreto nº 10.236/2020](#) - aprova o Regimento Interno do Conselho de Saúde Suplementar.

[Decreto nº 10.238/2020](#) - altera o [Decreto nº 10.211, de 30 de janeiro de 2020](#), que dispõe sobre o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional - GEI-ESPII.

[Decreto nº 10.239/2020](#) - dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal (*transfere o Órgão para a competência da Vice-Presidência da República*).

[Decreto nº 10.240/2020](#) - regulamenta o inciso VI do caput do art. 33 e o art. 56 da [Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010](#), e complementa o [Decreto nº 9.177, de 23 de](#)

[outubro de 2017](#), quanto à implementação de sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico.

[Decreto nº 10.241/2020](#) – altera o [Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986](#), para autorizar o uso de suprimentos de fundos para atender a peculiaridades da Controladoria-Geral da União.

[Decreto nº 10.242/2020](#) - institui o Comitê de Alterações Tarifárias no âmbito da Câmara de Comércio Exterior.

[Decreto nº 10.243/2020](#) - altera o [Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007](#), que regulamenta a [Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005](#), que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

[Decreto nº 10.244/2020](#) - subordina a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos diretamente ao Presidente da República e transfere competências da Assessoria Especial do Presidente da República para a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

[Portaria nº 32/2020 - Advocacia-Geral da União](#) - dispõe sobre as hipóteses de cessões de Advogados da União e de Procuradores Federais.

[Resolução nº 156/2020 - Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas](#) – aprova a versão 7.1 do DOC-ICP-04 e a versão 5.4 do DOC-ICP-05, cujas alterações se referem aos procedimentos para emissão de certificados digitais pelos conselhos de classes profissionais instituídos por lei.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

[Portaria nº 39/2020 - Gabinete da Ministra](#) - extingue, no âmbito de atuação da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado do Paraná, a Unidade Técnica Regional de Castro.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

[Resolução nº 719/2020 - Anatel](#) - aprova o Regulamento Geral de Licenciamento (*cadastramento e licenciamento de estações de telecomunicações*).

[Resolução nº 720/2020 - Anatel](#) - aprova o Regulamento Geral de Outorgas.

[Resolução nº 721/2020 - Anatel](#) - destina faixas de radiofrequência e aprova o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências para os Serviços de Radiodifusão e seus Ancilares.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Portaria nº 50/2020 - Comando da Marinha – altera as Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais Sob, Sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras - **NORMAM-11/DPC (1ª Revisão)**.

Portaria nº 52/2020 - Comando da Marinha – altera as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto - **NORMAM-01/DPC**.

Portaria nº 53/2020 - Comando da Marinha - altera as Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - **NORMAM-12/DPC (1ª Revisão)**.

Portaria nº 54/2020 - Comando da Marinha – altera as Normas da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras - **NORMAM-08/DPC (1ª Revisão)**.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Portaria nº 52/2020 - Gabinete do Ministro - institui o Programa Piloto de Desempenho de Lideranças no âmbito da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Portaria nº 3.731/2020 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – estabelece, para o mês de janeiro de 2020, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Ato Declaratório Executivo nº 7/2020 - Secretaria da Receita Federal - dispõe sobre o preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) referente a trabalhadores cuja modalidade de contratação segue o modelo do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo instituído pela **Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019**.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria nº 115/2020 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - dispõe sobre os coeficientes de distribuição e a estimativa anual de repasses das quotas estadual e municipal do Salário-Educação a vigorar no exercício de 2020, e dá outras providências.

Portaria nº 225/2020 - Inep - institui a Comissão de Assessoramento Técnico (CAT) para realização dos exames e avaliações no âmbito da Educação Superior.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

Portaria nº 471/2020 - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - estabelece os atos administrativos necessários para reconhecimento e certificação dos Pontos de Parada e Descanso nas rodovias federais brasileiras.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Portaria nº 65/2020 - Gabinete do Ministro – dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em apoio aos estados do Pará, do Espírito Santo, de Goiás, de Pernambuco e do Paraná, para cumprimento dos objetivos do projeto "EM FRENTE BRASIL" (Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta).

Portaria nº 70/2020 - Gabinete do Ministro – dispõe sobre a aprovação do Guia de Boas Práticas para as unidades de correição dos órgãos operacionais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.

Portaria nº 72/2020 - Gabinete do Ministro – dispõe sobre a aprovação do Guia Prático para Gestão de Ouvidorias dos órgãos operacionais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

Portaria nº 58/2020 - Polícia Rodoviária Federal - dispõe sobre as informações mínimas que devem constar no auto de infração, prazos e procedimentos para apresentação de defesa da autuação e de recurso de penalidade de multa, por infrações ao Regulamento para Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no âmbito da Polícia Rodoviária Federal.

MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS

Portaria nº 148/2020 - Gabinete da Ministra – dispõe sobre a adoção de boas práticas anticorrupção em contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres celebrados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria Conjunta nº 4/2020 - Secretaria de Atenção Especializada em Saúde - aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para a Prevenção de Tromboembolismo Venoso em Gestantes com Trombofilia, no âmbito do SUS.

Resolução RDC nº 337/2020 - Anvisa - dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e outras sob Controle Especial) da **Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998**, e dá outras providências.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Portaria nº 82/2020 - Gabinete do Ministro - dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos hierarquicamente inferiores a Decreto no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

Memorando de Entendimento - entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá relativo a certos tributos - (a) O Governo do Canadá confirma que, sob as leis canadenses, as empresas de transporte brasileiras não estiveram e não estão sujeitas a tributos sobre as receitas equivalentes às contribuições denominadas "Contribuição Social para o Programa de Integração Social/PIS", "Contribuição Social para o Fundo de Investimento Social/FINSOCIAL" e "Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social/COFINS", no tocante às suas operações no Canadá. (b) O Governo do Brasil, em relação aos tributos sobre as receitas denominados, conforme a legislação tributária brasileira, "Contribuição Social para o Programa de Integração Social/PIS", "Contribuição Social para o Fundo de Investimento Social/FINSOCIAL" e "Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social/COFINS") confirma que: (i) de acordo com o disposto no artigo 14, V, e parágrafo 1º, da **Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001**, as empresas de transporte canadenses são isentas das assim denominadas contribuições para o PIS e para a COFINS; e (ii) de acordo com o disposto no artigo 4º, e seus parágrafos, da **Lei nº 10.560, de 13 de novembro de 2002**, e observados os procedimentos estabelecidos na **Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 6, de 30 de dezembro de 2003**, os débitos atribuídos às empresas de transporte aéreo canadenses que operam no Brasil relativos às assim denominadas contribuições para o PIS, para o FINSOCIAL e para a COFINS referentes aos fatos geradores ocorridos até o dia imediatamente anterior à entrada em vigor do artigo 14, V, e parágrafo 1º, da **Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001**, ficam remidos.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Instrução Normativa nº 2/2020 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) - estabelece o procedimento a ser adotado para a indicação e a delimitação dos blocos exploratórios ofertados nas rodadas de licitações para exploração e produção de petróleo e gás natural.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Portaria nº 72/2020 - ICMBio – aprova o Plano de Manejo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula, no Estado do Rio Grande do Sul.

Portaria nº 102/2020 - ICMBio – cria a Política de Integração e Nucleação Gerencial - PINGe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

[Portaria nº 106/2020 - ICMBio](#) - cria a Comissão Interna de Biossegurança - CIBio do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental - ICMBio/CEPTA.

[Portaria nº 109/2020 - ICMBio](#) - institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Florianópolis, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

[Portaria nº 110/2020 - ICMBio](#) - institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Matinhos/PR, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

5. CONSELHOS FEDERAIS PROFISSIONAIS

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

[Resolução nº 1/2020 - Conselho Pleno](#) – altera o *caput* do art. 32 e acresce o § 3º no art. 34 do [Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB \(Lei nº 8.906/1994\)](#), que trata dos documentos de identidade profissional do advogado e do estagiário.

[Resolução nº 3/2020 - Diretoria](#) - dispõe sobre o Cartão de Identidade Profissional Digital dos Advogados e Estagiários e dá outras providências.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

[Portaria nº 42/2020](#) - reajusta o Valor-piso da Hora de Trabalho do Economista - VHTE pelo IPCA (IBGE), fixando-o em R\$ 393,00 (trezentos e noventa e três reais).

[Voltar ao topo](#)